



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:
(DO SR. MARCOS AFONSO)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Proíbe a implantação de projetos de colonização para reforma agrária em áreas de florestas primárias.

DESPACHO:

19/04/2000 - (ÀS COMISSÕES DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL; DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO.)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

À COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL, EM 9/5/00

REGIME DE TRAMITAÇÃO	
ORDINÁRIA	
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
CAPR	09/05/2000
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS		
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Raimel Barboza	Presidente:	
Comissão de:	Agricultura e Política Rural	Em:	17/05/00
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Rauli Chaimacki	Presidente:	
Comissão de:	Agricultura e Política Rural	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Maíris Bittar (VISTA)	Presidente:	
Comissão de:	Agricultura e Política Rural	Em:	08/08/01
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

01

CD	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE
		Tipo	NÚMERO	ANO	DIÁ	MÊS	ANO	
	CAPR	PL	2731	2000	29	06	2000	Kátia

Parecer favorável do Relator, Dep Raimel Barbosa,
com substitutivo

COM 31 DE 03/05 7 LINHAS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

02

CD	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE
		Tipo	NÚMERO	ANO	DIÁ	MÊS	ANO	
	CAPR	PL	2731	2000	05	04	2001	Kátia

Parecer favorável da Relatora, Dep Luci Chasinatti,
com substitutivo

COM 31 DE 03/05 7 LINHAS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

03

CD	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE
		Tipo	NÚMERO	ANO	DIÁ	MÊS	ANO	
	CAPR	PL	2731	2000	15	08	2001	Késia

Voto em separado do Dep. Márcio Bittar, contrário
ao projeto.

COM 31 DE 03/05 7 LINHAS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

04

CD	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE
		Tipo	NÚMERO	ANO	DIÁ	MÊS	ANO	
	CAPR	PL	2731	2000	12	09	2001	Késia

Memor 54/2001 encaminhando este à CAP,
conforme solicitação.

COM 31 DE 03/05 7 LINHAS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.731, DE 2000
(DO SR. MARCOS AFONSO)

Proíbe a implantação de projetos de colonização para reforma agrária em áreas de florestas primárias.

(ÀS COMISSÕES DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL; DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É proibida a implantação de projeto de colonização para fim de reforma agrária em área com cobertura florestal primária.

Parágrafo único. Excetua-se ao disposto no *caput* deste artigo os projetos de assentamento extrativista.

Art. 2º A concessão de autorização ou licença para a implantação de projeto de colonização em desacordo com o estabelecido nesta lei constitui crime contra a administração ambiental, e sujeitará o funcionário público responsável à pena do art. 67, da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Em agosto de 1998, a Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar a aquisição de madeiras, serrarias e extensas porções de terras na Amazônia por madeiras asiáticas, cujo relator foi o ilustre Deputado Gilney Viana, concluiu os seus trabalhos com a aprovação do relatório final. Este relatório dedica um capítulo à reforma agrária na Amazônia, com um revelador subtítulo: "Reforma agrária na Amazônia: um desastre ambiental".

O relatório informa que, "dos 32,2 milhões de hectares disponibilizados para a reforma agrária na Amazônia, estima-se que 30 milhões correspondem a áreas florestadas. Como a lei permite ao colono ou assentado o desmatamento de 50% de seu lote deduz-se que 15 milhões de área florestada foi ou está sendo desmatada, e os outros 15 milhões constituíram-se em reserva florestal legal".

Mesmo esses 15 milhões de reserva florestal legal não asseguram uma proteção mínima adequada à floresta, já que "estão



sujeitos à predação, dada a sua dispersão em pequenos lotes e à forma como são divididos”.

Uma alternativa ao modelo tradicional de assentamento e colonização na Amazônia, baseado no desmatamento e na agropecuária, é o extrativismo, na forma de Reservas Extrativistas ou Projetos de Assentamentos Extrativistas. Todavia, como constata o citado relatório, até o final de 1997, “apenas 3,8% da área total destinada a projetos de colonização e assentamento na Amazônia haviam sido destinados a Projetos de Assentamento Extrativista”.

Na conclusão do capítulo, o nobre relator afirma, de forma contundente que “o Programa de Reforma Agrária, representado pelos projetos de assentamento, não tem critérios ambientais; assim como não tinham os projetos de colonização. Não há diretrizes estratégicas para orientar onde e quando se criar os projetos de assentamento, não importando se está ou não assentando sobre ecossistemas sensíveis ou sob forte pressão antrópica ou além da sua capacidade de suporte”. E diz ainda que “assim como não há diretrizes estratégicas ambientais que orientem sua localização, os projetos de assentamento, em sua própria estrutura, não seguem critérios ambientais. (...) Quando se tem projeto ambientalmente correto, como, por exemplo, os Projetos de Assentamento Extrativista para ecossistemas florestais, o Governo só os utiliza marginalmente”.

É com o propósito de contribuir para a reversão da situação atual que estamos apresentando a presente proposição.

Sala das Sessões, em 30 de março de 2000.



Deputado **MARCOS AFONSO**

PLENÁRIO - RECEBIDO
Em 30/03/00 às 12:20 hs.
Nome Pedro
Ponto 3290



LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.

DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO V DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE

Seção I Dos Crimes Contra a Administração Ambiental

Art. 67. Conceder o funcionário público licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, para as atividades, obras ou serviços cuja realização depende de ato autorizativo do Poder Público:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposo, a pena é de três meses a um ano de detenção, sem prejuízo da multa.




REQUERIMENTO
(Do Sr. Marcos Afonso)

Solicita a retirada do Projeto de
Lei n. 2.731/00

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., nos termos do art. 104, caput, do Regimento Interno, a retirada do Projeto de Lei n.º 2.731/00, de minha autoria, que “proíbe a implantação de projetos de colonização para reforma agrária em áreas de floresta primárias.”

Sala das Sessões, em 24 de Agosto de 2001



Deputado Marcos Afonso
PT/AC

RM 2823/01

PLENÁRIO - RECEBIDO
Em 23.08.01 às 14h20
Nome: <u> </u>
Assinatura: <u> </u>
Posto: <u>3.861</u>



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Ref. Req. Dep. Marcos Afonso (PL nº 2.731/00)

Defiro. Publique-se.

Em: 04/09/01


AÉCIO NEVES
Presidente



Documento : 3772 - 1